

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E 2022



Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	12

CE-190-2023/1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPIA
Teresina - PI**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPIA** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPIA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada a fase pré-operacional

Chamamos atenção da nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis onde descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e entende que não há indícios que possam gerar dúvidas significativas quanto a futura implantação. O início das operações dependerá de eventos futuros, dentre os quais a construção de gasoduto, que demandará novos investimentos e construção e implantação de uma Unidade Termelétrica a Gás Natural, com o objetivo de entrega de energia a partir do segundo semestre de 2024. A administração entende que até a conclusão da fase de implantação e início da geração de receita, aportes adicionais de recursos por parte dos acionistas controladores serão necessários para que a empresa mantenha sua capacidade de caixa. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da futura implantação e continuidade operacional. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante quanto ao início de suas atividades. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfase - Créditos fiscais

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6.b às demonstrações contábeis, que descreve que a Empresa tem realizado restituições de imposto de renda retido na Fonte de aplicações financeiras através de “Perd/Comp” nos últimos anos. Este procedimento é autorizado pelo fisco brasileiro, entretanto, é importante ressaltar que estes créditos fiscais estão sujeitos à revisão das autoridades fiscais pelo prazo de 5 (cinco) anos após a homologação. Portanto, as demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 10 de maio de 2024.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

DocuSigned by:

8A78B9774073482
Cleverson Lacerda Silva
CTCRC N° 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo Líquido apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	218.749	96.263
Créditos com Terceiros	5	7.610	7.323
Ativo Fiscal Corrente	6.a	6.466	6.004
Despesas Antecipadas		1.076	423
		233.901	110.013
Ativo Não Circulante			
Investimentos	7	49.582	9.120
Ativo Fiscal não Corrente	6.b	884	2.698
Imobilizado	8	10.096	12.383
Intangível	9	618	803
		61.180	25.004
Total do Ativo		295.081	135.017

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Passivo e Patrimônio Líquido apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	2.736	6.481
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	11	40.167	27.128
Partes Relacionadas	12	269.922	57.934
		312.825	91.543
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13.a	10.002.674	10.002.674
Adiantamento para aumento de Capital	13.b	4.575.500	3.025.500
Prejuízos acumulados		(14.595.918)	(12.984.700)
		(17.744)	43.474
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		295.081	135.017

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Resultado apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Despesas			
Gerais e Administrativas	14	(1.606.237)	(788.186)
Resultado Operacional		(1.606.237)	(788.186)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	15	2.895	17.043
Despesas Financeiras	15	(7.877)	(3.146)
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.611.218)	(774.289)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Resultado Abrangente apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Resultado do Exercício		(1.611.218)	(774.289)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(1.611.218)	(774.289)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em Reais

Nota	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de Capital		Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
		Adiantamento para futuro aumento de Capital	Prejuízos Acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.252.674	3.000.000	(12.210.411)		42.263
Integralização de Capital	750.000	(750.000)			-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	775.500			775.500
Prejuízo do exercício	-	-	(774.289)		(774.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.002.674	3.025.500	(12.984.700)		43.474
Adiantamento para futuro aumento de capital 13.b	-	1.550.000			1.550.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.611.218)		(1.611.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.002.674	4.575.500	(14.595.918)		(17.744)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Fluxo de caixa apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Atividade Operacional			
Prejuízo Líquido do Exercício		(1.611.218)	(774.289)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	8 e 9	5.377	6.761
Valor Residual de Bens Baixados do Ativo Imobilizado	8 e 9	-	4.025
Lucro Ajustado		(1.605.841)	(763.503)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Créditos com Terceiros		(287)	-
Ativo Fiscal Corrente		1.351	(3.528)
Despesas Antecipadas		(653)	(72)
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		(3.745)	289
Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais		13.039	147
Outras Contas a Pagar		211.988	(12.270)
Caixa Consumido pela Atividade Operacional		(1.384.148)	(778.937)
Atividades de Investimento			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Coligadas		(40.462)	-
Adições do Ativo Imobilizado	8.c	(1.603)	-
Adições do Ativo Intangível	9.c	(1.302)	(1.213)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(43.367)	(1.213)
Atividades de Financiamento			
Recebimento de Aportes dos Sócios para Futuro Aumento de Capital	13.b	1.550.000	775.500
Caixa Gerado pela Atividade de Financiamento		1.550.000	775.500
Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa		122.486	(4.650)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5	96.263	100.913
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	5	218.749	96.263
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		122.486	(4.650)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA.
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Findo em dezembro de 2023 e 2022

Notas apresentadas em Reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia de Gás do Piauí – GASPISA (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí, no prazo de 30 anos (até o dia 24 de maio de 2031), podendo ser prorrogado por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Em 21 de dezembro de 2005, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), promulgou a Licença Prévia (no 220/2005) para instalação do gasoduto Meio Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006, o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP, em 26 de dezembro de 2006, sob o no 360.

Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia. Administração continua monitorando suas operações e não identificou nenhum evento com indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a Companhia não conseguir iniciar sua total operação. O início das operações dependerá de eventos futuros, dentre os quais a construção de gasoduto, que demandará novos investimentos e construção e implantação de uma Unidade Termelétrica a Gás Natural, com o objetivo de entrega de energia a partir do segundo semestre de 2024. Atualmente, a administração entende que até a conclusão da fase de implantação e início da geração de receita, aportes adicionais de recursos por parte dos acionistas controladores serão necessários para que a empresa mantenha sua capacidade de caixa. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

A Administração da Empresa aprovou a emissão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 31/01/2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em Reais (R\$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outra forma indicado.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 9 – Amortização.

3. Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis são:

a) Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Empresa e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Empresa.

Ativos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração Subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Empresa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos Financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores e Outras obrigações.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “*Impairment*”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor, puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

f) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Fundo Fixo	-	475
Contas Correntes		
Banco do Brasil S. A	121.920	-
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A. - Renda Fixa	1.798	1.633
Banco do Brasil S.A. - Público Supremo	-	94.155
BB RF REF DI PLUS ÁGIL	95.031	-
	218.749	96.263

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 86,5% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificados pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Créditos com Terceiros

	2023	2022
THE Imobiliária Ltda	5.357	5.357
Raimundo Ferreira da Silva	1.966	1.966
Adiantamento a Dirigentes e a Conselheiros	287	-
	7.610	7.323

O saldo de créditos com terceiros compreende os valores referentes: à caução dada em garantia do aluguel das salas comerciais; serviço de mão de obra relativo à reforma das salas comerciais.

6. Impostos, Taxas e Contribuições

a. Ativo Fiscal Corrente

	2023	2022
IRRF sobre Aplicações Financeiras	4.310	3.746
PIS a Recuperar	458	470
COFINS a Recuperar	1.698	1.788
	6.466	6.004

O crédito relativo ao imposto de renda é oriundo de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras. O saldo composto por valores de créditos do PIS e COFINS, apurados pelo rendimento de aplicação financeira, são compensados pelos créditos admitidos pela legislação.

b. Ativo Fiscal não Corrente

	2023	2022
Compensações / Restituições Fiscais em Andamento	884	2.698
	884	2.698

O montante demonstrado na conta refere-se ao IRRF sobre aplicações financeiras referente aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 realizados através de PERDCOMP. As baixas desses valores serão realizadas após o deferimento da RFB.

7. Investimentos

	2023	2022
TMN Transportadora S.A.	630.784	630.784
(-) Perda por Valor Recuperável do Ativo	(621.664)	(621.664)
	9.120	9.120
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	40.462	-
	49.582	9.120

A coligada TMN Transportadora S.A. tem como principal objeto a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

Após análise do valor recuperável dos ativos da investida (*impairment*), realizada em 2018, a Diretoria da GASPISA entendeu que o investimento reduziu sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, logo, ele foi deduzido em conta de perda por não recuperabilidade (perda por *impairment*).

Em 2021 houve Adiantamento para Futuro Aumento de Capital concedido por esta Companhia em favor da TMN Transportadora S/A no montante de R\$ 9.120. Em 2022 o AFAC foi integralizado no capital social da TMN Transportadora S/A. Foi aprovado o aumento de capital social em 12 de julho 2023 através da 35ª AGE cabendo à GASPISA o valor de R\$ 80.923,00 dividido em duas parcelas de R\$ 40.461,50. A primeira parcela foi aportada em 01/12/2023 restando uma parcela a integralizar, e atualmente possui um capital subscrito de R\$ 711.707,00.

Atualmente, a Companhia continua em fase pré-operacional e ainda dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional no ano de 2024. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás natural com os possíveis supridores e as distribuidoras de gás dos Estados do Maranhão e do Piauí e da captação de recursos com instituições financeiras.

	2023	2022
Número de ações:		
Preferenciais	630.784	630.784

Integralizadas	630.784	630.784
Capital social - R\$	10.455.916	10.455.916
Patrimônio Líquido - R\$	804.250	413.355
Percentual de participação no capital subscrito %	6,03%	6,03%

Movimentação do investimento

Saldo inicial	9.120	9.120
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	40.462	-
Saldo final	49.582	9.120

8. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2023 Líquido	2022 Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	44.772	(36.519)	8.253	11.288
Computadores e Periféricos	13.411	(11.568)	1.843	1.095
Equipamentos de Telefonia	-	-	-	-
	58.183	(48.087)	10.097	12.383

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Equipamentos de Telefonia	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Imobilizado

	2021	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2023
Custo							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	45.314	-	(542)	44.772	-	-	44.772
Computadores e Periféricos	13.968	-	(2.160)	11.808	1.603	-	13.411
Equipamentos de Telefonia	6.999	-	(6.999)	-	-	-	-
	66.281	-	(9.701)	56.580	1.603	-	58.183
(-) Depreciação							
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(30.992)	(3.034)	542	(33.484)	(3.034)	-	(36.518)
Computadores e Periféricos	(11.444)	(1.429)	2.160	(10.713)	(855)	-	(11.568)
Equipamentos de Telefonia	(1.691)	(1.283)	2.974	-	-	-	-
	(44.127)	(5.746)	5.676	(44.197)	(3.889)	-	(48.086)
Imobilizado, Líquido	22.154	(5.746)	(4.025)	12.383	(2.286)	-	10.096

9. Intangível

a. Composição Contábil

	Custo	Amortização	2023 Líquido	2022 Líquido
Marcas e Patentes	7.179	6.561	618	803
Softwares	5.130	5.130	-	-
	12.309	11.691	618	803

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2021	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2023
Custo							
Marcas e Patentes	4.665	1.212	-	5.877			5.877
Softwares	5.130	-	-	5.130	1.302		6.432
	9.795	1.212	-	11.007	1.302	-	12.309
Amortização							
Marcas e Patentes	(4.060)	(1.014)	-	(5.074)	(1.487)		(6.561)
Softwares	(5.130)	-	-	(5.130)	-		(5.130)
	(9.190)	(1.014)	-	(10.204)	(1.487)	-	(11.691)
Intangível, líquido	605	198	-	803	(185)	-	618

As adições são decorrentes de gastos com serviços de acompanhamento de registro de marca Gaspisa.

10. Fornecedores

	2023	2022
Fortes Tecnologia em Sistemas LTDA	1.669	689
Posto Uchoa Maxxi LTDA	1.067	-
Contalger Assessoria Contábil e Gerencial Ltd	-	3.530
Moacy Leal Advogados Associados - Me	-	1.300
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	-	542
Linde Comercio e Serviços de Tecnologia LTD	-	270
Paula Rodrigues dos Santos	-	150
	2.736	6.481

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de contrato e mercado no momento das negociações de compras, os pagamentos são liquidados em até 30 (trinta) dias.

11. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2023	2022
Férias e Encargos a Pagar	29.646	14.808
IRRF a Recolher (i)	6.013	3.585
INSS a Recolher	4.373	7.713
FGTS a Recolher	-	989
Outros	135	33
	40.167	27.128

(i) Referem-se aos valores retidos da Remuneração de Dirigentes, Conselheiros e Assessoras. Os valores são calculados conforme o princípio da competência e as legislações vigentes.

As férias a pagar são constituídas mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais das Assessoras, acrescida dos respectivos encargos sociais.

12. Partes Relacionadas

	2023	2022
Reembolso do DAF - Termogás	265.568	52.800
Reembolso do DTC - Petrobras	4.320	4.320
Outros	34	814
	269.922	57.934

Refere-se a obrigações a pagar com partes relacionadas, decorrentes do reembolso de remuneração (honorários e encargos sociais) do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro

(DAF), cedidos pelos acionistas Commit Gás S.A. e Termogás S.A, respectivamente. Os presentes valores referem-se aos meses cujo saldo ainda não foram liquidados financeiramente.

a. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a remuneração total (salários e encargos sociais) dos conselheiros e diretores da Companhia foi de R\$ 783.854 e R\$ 331.176 respectivamente.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 10.002.674 e estão representadas por 2.907.468 ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total de Ações	% Participação
Estado do Piauí	886.196	295.399	1.181.595	40,64%
Termogás S. A	567.538	1.158.335	1.725.873	59,36%
Commit Gás S. A	-	-	-	0,00%
	1.453.734	1.453.734	2.907.468	100,00%

Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, não sendo atribuído às ações preferenciais direito a voto.

As ações preferenciais, as quais não terão direito a voto, fazem jus à prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo seu valor patrimonial.

Na 45ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de agosto de 2022 a Companhia tomou conhecimento da alteração do nome do sócio PETROBRAS GÁS S.A. para COMMIT GÁS S.A.("Commit").

Em 08 de Novembro de 2022, o acionista COMMIT GÁS S.A., transferiu para o acionista TERMOGÁS S.A., 258.988 ações ordinárias e 528.545 ações preferenciais, totalizando uma participação de 59,36% sobre o capital da Companhia conforme Livro de Registro de Ações Nominativas nº 02 desta Companhia.

Em 21 de Dezembro de 2022, o acionista COMMIT GÁS S.A., transferiu para o acionista GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 177.293 ações ordinárias e 361.822 ações preferenciais, totalizando uma participação de 40,64% sobre o capital da Companhia conforme Livro de Registro de Ações Nominativas nº 03 desta Companhia. Desta forma, a partir desta data, o acionista COMMIT GÁS S.A. zera toda as suas ações, Ordinárias e Preferenciais.

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionistas	2023 Movimentação	2022 Movimentação	2021
Termogás S.A	2.716.017	920.080	1.795.937
Commit Gás S.A	-	-	(1.117.500)
Governo do Estado do Piauí	1.859.483	629.920	1.229.563
			464.563
			765.000

4.575.500	1.550.000	3.025.500	25.500	3.000.000
------------------	------------------	------------------	---------------	------------------

Em 23 de Abril de 2019, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 38ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 24 de Abril de 2020, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 39ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações.

Em 30 de Março de 2021, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, através da 40ª Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor R\$ 750.000, com subscrição de 218.000 ações distribuídas para cada acionista proporcional às suas participações

Os valores aportados em 2019, 2020 e 2021 conforme deliberados em Assembleia Geral Extraordinária pelos acionistas serão subscritos e integralizados após registro das 38ª, 39ª e 40ª Atas de Assembleia Geral Extraordinárias na Junta Comercial do Piauí.

A Companhia integralizou o montante de R\$ 3.997.326 em 2024. Restando R\$ 578.174 a serem integralizados na data da emissão destas demonstrações. A integralização foi realizada através de deliberação da 46ª Assembleia Geral Extraordinária na qual a ATA correspondente foi registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí em maio de 2024.

14. Despesas Gerais e Administrativas

	2023	2022
Despesa com Pessoal (i)	1.098.967	518.851
Serviços Profissionais	92.774	74.265
Telefones e Energia	2.108	8.547
Aluguéis e Condomínios	32.716	47.798
Depreciação e Amortização	5.377	6.761
Locação de Veículos	69.000	57.000
Combustíveis/Lubrificantes	29.353	20.353
Diárias	125.165	3.240
Outras Despesas	150.777	51.371
	1.606.237	788.186

- (i) O aumento ocorrido entre o período de 2022 e 2023, decorre do aumento das remunerações dos dirigentes, a partir do mês de abril de 2023, conforme ATA de Assembleia Extraordinária nº 46, na qual houve o aumento da remuneração dos assessores que passou de 3.280,00 para 7.000,00 e dos diretores que passou de 14.440,29 para 21.866,73, bem como, os respectivos efeitos nos encargos sociais INSS e FGTS e Décimo Terceiro, tiveram aumento.

A GASPISA realiza o pagamento direto dos honorários do Diretor-Presidente. O Sócio TERMOGÁS S.A. é reembolsado mensalmente, referente a honorários e encargos sociais, relativos ao pagamento do Diretor Técnico e Comercial (DTC) e do Diretor Administrativo e Financeiro (DAF). Previsto, ainda, o pagamento de 1/3 de Férias e Gratificação Natalina para o Diretor-Presidente e o reembolso dos mesmos valores ao Sócio TERMOGÁS S.A. . A Companhia faz o pagamento direto dos honorários referentes aos 08 Conselheiros, sendo 05 membros do Conselho de Administração e 03 membros do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 600 cada.

15. Resultado Financeiro Líquido

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.543	17.043
Juros Ativos	352	-
	2.895	17.043
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(5.616)	(25)
Despesas Bancárias	(1.913)	(2.240)
IOF	(213)	(10)
Multas Moratórias	-	(89)
PIS e COFINS s/ Receita Financeira	(135)	(782)
	(7.877)	(3.146)
Resultado Financeiro Líquido	(4.982)	13.897

16. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras Obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação

plena, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

c. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

e. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

f. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

I. Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2023 Valor contábil	2023 Valor Justo	2022 Valor contábil	2022 Valor Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	218.749	218.749	96.263	96.263
		218.749	218.749	96.263	96.263
Passivos					
Fornecedores	1	2.736	2.736	6.481	6.481
Partes Relacionadas	1	269.922	269.922	57.934	57.934
		272.658	272.658	64.415	64.415

g. Instrumentos financeiros por categoria

				2023
		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixas		218.749	-	-
		218.749	-	-
Passivos				
Fornecedores		-	-	2.736
Outras Obrigações		-	-	269.922
		-	-	272.658
		218.749	-	272.658
			2022	
		Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixas		96.263	-	-
		96.263	-	-
Passivos				
Fornecedores de bens e serviços		-	-	6.481
Outras Obrigações		-	-	57.934
		-	-	64.415
		96.263	-	64.415

..*.*.*

DocuSigned by:


PAULO ROBERTO CARDOSO DE SOUSA
BE2B790CC5BA4FC...

Diretor Presidente

Paulo Roberto Cardoso de Sousa
CPF: 819.764.533-72

DocuSigned by:


FÁBIO MOREIRA AMORIM
233D7715D1504E8...

Diretor Comercial

Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

DocuSigned by:


FÁBIO MOREIRA AMORIM
233D7715D1504E8...

Diretor Administrativo Financeiro

Fábio Moreira Amorim
CPF: 447.025.233-68

DocuSigned by:


KARLEN KELSON FONSECA
4F89255A3704483...

Contador

Karlen Kelson Fonseca
CPF: 618.338.353-87
CRC-PI 6059/O-PI